

**Transmissora Matogrossense
de Energia S.A. - TME**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Diretores da
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME
Cuiabá - MT

Examinamos as demonstrações contábeis da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

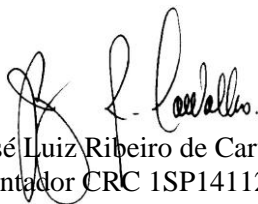
Outros assuntos

Demonstrações contábeis de exercícios anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da retificação de erro para correção do cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos descritos na nota 3.1, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 31 de janeiro de 2014. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 3.1 que foram efetuados para alterar as informações correspondentes de 31 de dezembro de 2013 e os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 do balanço patrimonial (que foram derivados das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2013 ou sobre os saldos iniciais de 1º de janeiro de 2013 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013 e em 1º de janeiro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
ATIVO			(reapresentado)	(reapresentado)
CIRCULANTE		54.222	48.282	45.304
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.487	5.042	1.858
Investimento de curto prazo	5	-	-	3.764
Concessionárias e permissionárias	7	4.971	6.560	3.721
Impostos a recuperar	8	245	438	308
Adiantamento a fornecedores		1.358	330	319
Ativo financeiro da concessão	9	40.140	35.744	35.191
Estoques		679	-	-
Outros ativos		342	168	143
NÃO CIRCULANTE		286.907	276.449	265.284
Títulos e valores mobiliários	6	8.578	8.452	7.822
Concessionárias e permissionárias	7	60	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	278.091	267.826	257.462
Depósitos judiciais		178	171	-
ATIVO TOTAL		341.129	324.731	310.588

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014, 2013 e em 1º de janeiro de 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			(reapresentado)	(reapresentado)
<u>PASSIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
		22.017	22.533	22.405
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	7.710	7.715	7.728
Fornecedores		616	2.536	4.738
Partes relacionadas	17	-	3.191	6.989
Salários, férias e encargos sociais		233	313	206
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	723	855	834
Dividendos a pagar	13	9.348	6.125	-
Taxas regulamentares		1.175	1.197	925
Outras obrigações		2.212	601	985
		154.238	159.971	165.808
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	12	144.430	150.614	156.799
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	9.796	9.345	9.009
Outras obrigações		12	12	-
		164.874	142.227	122.375
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	13	97.794	97.794	97.794
Reservas de lucros	13	67.080	44.433	24.581
		341.129	324.731	310.588

As notas explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
			(reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	50.271	47.432
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo dos serviços prestados		(4.971)	(4.002)
Custo de infraestrutura		(260)	(421)
		<u>(5.231)</u>	<u>(4.423)</u>
LUCRO BRUTO		45.040	43.009
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(600)	(730)
Pessoal		(719)	(724)
Honorários da diretoria e conselho de administração	17	(552)	(566)
		<u>(1.871)</u>	<u>(2.020)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		43.169	40.989
Despesas financeiras	15	(14.210)	(15.510)
Receitas financeiras	15	2.546	2.797
		<u>(11.664)</u>	<u>(12.713)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		31.505	28.276
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.184)	(1.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(451)	(336)
		<u>(2.635)</u>	<u>(2.299)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.870	25.977
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$		0,29521	0,26372
Quantidade de ações do capital - lotes de mil		97.794	97.794

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.870	25.977
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	28.870	25.977

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Descrição	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros e prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva de retenção de lucros		
					(reapresentado)	(reapresentado)	
Saldos em 1º de janeiro de 2013		97.794	1.620	-	22.961	-	122.375
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	25.977	25.977
Destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	13	-	1.290	-	-	(1.290)	-
Reserva de lucros	13	-	-	-	17.419	(17.419)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(6.125)	(6.125)
Dividendos adicionais propostos	13	-	-	1.143	-	(1.143)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		97.794	2.910	1.143	40.380	-	142.227
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	28.870	28.870
Destinação do lucro líquido:							-
Reserva legal	13	-	1.443	-	-	(1.443)	-
Reserva de lucros	13	-	-	-	21.204	(21.204)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(6.223)	(6.223)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		97.794	4.353	1.143	61.584	-	164.874

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Transmissora Matogrossense de Energia S.A. - TME

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	31/12/2014	31/12/2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.505	28.276
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa		
Variações monetárias e cambiais líquidas	14.032	14.600
Receita de aplicações financeiras	(868)	(859)
Descontos financeiros obtidos	(1.157)	(1.160)
	43.512	40.857
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	1.263	(2.839)
Ativo financeiro da concessão	(14.661)	(10.917)
Impostos a recuperar	193	(130)
Outros ativos	(1.887)	(207)
	(15.092)	(14.093)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(1.920)	(2.202)
Partes relacionadas	(3.191)	(3.798)
Taxas regulamentares e setoriais	(74)	249
Salários, férias e encargos sociais	(80)	107
Contribuições e impostos a recolher	(2.316)	(1.942)
Outros passivos	1.904	(421)
	(5.677)	(8.007)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	22.743	18.757
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos (aplicações financeiras)	1.197	15.524
Aplicações em investimentos (aplicações financeiras)	(458)	(11.531)
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	739	3.993
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(3.000)	-
Pagamento de financiamento	(19.037)	(19.566)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(22.037)	(19.566)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	1.445	3.184
Demonstração do aumento em caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	5.042	1.858
Saldo no final do exercício	6.487	5.042
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	1.445	3.184
Informações adicionais		
Pagamento contribuição social	577	701
Pagamento de imposto de renda	1.163	1.314

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Empresa Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (“Companhia” ou “TME”) foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, com sede na Avenida Miguel Sutil, nº 8.695, 2º andar, conjunto 2, sala 1 - parte, Bairro Duque de Caxias, no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso, CEP: 78040-365 MT, e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. (“Alupar”), e pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (“Eletronorte”)

Concessão de linha de transmissão

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à Companhia pela União, a concessão dos Serviços de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste no desenvolvimento de infraestrutura, operação e manutenção das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 348 km, com origem na Subestação Jauru, localizada no Estado de Mato Grosso e termino na Subestação Cuiabá, localizada no Estado de Mato Grosso; pela Subestação Jauru em 500/230 kV - 750 MVA.

A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o pagamento de Receita Anual Permitida (RAP), desde a data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão.

Em 22 de novembro de 2011, entraram em operação comercial a citada linha de transmissão e a respectiva subestação.

A Receita Anual Permitida - RAP, conforme Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014 é de R\$ 37.826 para o ciclo de 2014/2015. Para os ciclo de 2013/2014 a ANEEL homologou uma RAP de R\$ 35.559 para a Companhia, excluído das despesas com PIS/COFINS referente aos respectivos ciclos.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2015.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

3 Sumário das práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Retificação de erro

Os valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa (IAS 8) e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1), conforme demonstrado a seguir:

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou os ajustes retroativos nos Balanços Patrimoniais do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, para corrigir o cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos pela utilização de uma base de cálculo subavaliada.

O sumário desses ajustes realizados é apresentado como segue:

(a) Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e em 1º de janeiro de 2013:

	31/12/2013			01/01/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Ativo						
Circulante	48.282	-	48.282	45.304	-	45.304
Não circulante	276.449	-	276.449	265.284	-	265.284
Ativo total	324.731	-	324.731	310.588	-	310.588

	31/12/2013			01/01/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
Passivo						
Circulante	22.533	-	22.533	22.405	-	22.405
Não circulante	152.317	7.654	159.971	157.967	7.841	165.808
Empréstimos e financiamentos líquidos dos custos a amortizar	150.614	-	150.614	156.799	-	156.799
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.691	7.654	9.345	1.168	7.841	9.009
Outras obrigações	12	-	12	-	-	-
Patrimônio Líquido	149.881	(7.654)	142.227	130.216	(7.841)	122.375
Capital social	97.794	-	97.794	97.794	-	97.794
Reservas de lucros	52.087	(7.654)	44.433	32.422	(7.841)	24.581
Passivo e Patrimônio Líquido	324.731	-	324.731	310.588	-	310.588

(b) Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2013		
	Originalmente emitido	Ajustes	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47.432	-	47.432
CUSTO OPERACIONAIS	(4.423)	-	(4.423)
LUCRO BRUTO	43.009	-	43.009
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.020)	-	(2.020)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	40.989	-	40.989
Despesas financeiras	(15.510)	-	(15.510)
Receitas financeiras	2.797	-	2.797
	(12.713)	-	(12.713)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28.276	-	28.276
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.963)	-	(1.963)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(523)	187	(336)
	(2.486)	187	(2.299)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	25.790	187	25.977
Lucro líquido por ação			
básico e diluído - R\$	0,26372		0,26563
Quantidade de ações do capital - lotes de mil	97.794		97.794

Adicionalmente as notas nº 11 e 16 foram também ajustadas, refletindo de forma correta o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

3.2 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

3.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

3.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

3.2.3 Contas a receber concessionárias e permissionárias

A Companhia classifica os saldos de concessionárias e permissionárias como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

3.2.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos. O critério utilizado pela administração da Companhia é o de se efetuar análise individual sobre as contas julgadas de difícil recebimento. Em 31 de dezembro de 2014 a administração avaliou não ser necessária a constituição de uma provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.2.5 Ativo financeiro de concessão

De acordo com a ICPC 01 (R1), as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a serem reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato.

O modelo do ativo financeiro é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao valor justo.

3.2.6 Baixa de Ativo financeiro de concessão

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2.7 Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.2.8 Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e 2013, incluindo operações de *hedge*.

3.3 Provisões e passivos circulantes e não circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.4 Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.5 Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo por meio do resultado e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Fornecedores, empréstimos e financiamentos são classificados como empréstimos e recebíveis.

3.6 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

3.7.1 Imposto sobre a receita

As receitas de transmissão estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS), a 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a 3,00%. Esses tributos são deduzidos das receitas de transmissão, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.7.2 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A Companhia está sob o regime de apuração pelo lucro presumido.

3.7.3 Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.8 Taxas regulamentares

3.8.1 Reserva global de reversão

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da Receita Anual Permitida - RAP.

3.8.2 Programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico (FNDCT) e empresa de pesquisa energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as empresas de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8.3 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O valor da taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,4% da RAP.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.10 Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.11 Reconhecimento da receita de transmissão de energia elétrica

A receita de transmissão inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia realizada via Receita Anual Permitida (RAP) estabelecida no início da concessão pelo prazo total da concessão sendo revisada e homologada periodicamente pelo poder concedente. A Companhia identificou as seguintes atividades operacionais que são remuneradas pela RAP:

3.11.1 Receita de desenvolvimento de infraestrutura

A Companhia é abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro neste tipo de atividade.

3.11.2 Receita de remuneração dos ativos da concessão

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

3.11.3 Receita de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.12 Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.13 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Pronunciamentos técnicos revisados pelo CPC

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Dentre estes, as normas que foram adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5 Caixa e equivalentes de caixa e Investimento de curto prazo

	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa:		
Numerário disponível	92	1.339
Certificados de depósitos bancários	6.395	3.703
	6.487	5.042

Os certificados de depósitos bancários foram remunerados, em média, a 98,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014, comparado a 97,00% do CDI em 31 de dezembro de 2013.

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui garantias constituídas no montante de R\$ 8.578 (R\$ 8.452 em 2013), conforme definido nos contratos de empréstimo do BNDES e do Banco do Brasil - FCO. Estas garantias consistem na obrigação de manter aplicações financeiras correspondentes, em média, a três prestações dos empréstimos e foram remuneradas em média a 98,00% do CDI em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

7 Concessionárias e permissionárias

Encargos de uso da transmissão faturados	Saldos vincendos	Saldos vencidos				Total
		Até 30 dias	de 31 a 60 dias	de 61 a 360 dias	há mais de 361 dias	
2014	4.831	(24)	18	146	60	5.031
2013	5.053	828	32	68	579	6.560

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em 2014, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas em contas a receber, uma vez que são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

8 Impostos a recuperar

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14	54
Imposto de renda - IRPJ	198	201
Programa de Integração Social - PIS	5	5
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23	23
Imposto sobre à Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	5	155
	245	438

9 Ativo financeiro da concessão

Movimentação do ativo financeiro de concessão:	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	292.653
Receita de operação e manutenção (nota 14)	5.967
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	43.430
Receita de desenvolvimento de infra-estrutura (nota 14)	421
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(38.901)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	303.570
Receita de transmissão de energia (nota 14)	6.835
Remuneração do ativo de concessão (nota 14)	45.799
Receita de desenvolvimento de infra-estrutura (nota 14)	260
Recuperação do ativo financeiro (baixa)	(38.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	318.231
Circulante	40.140
Não circulante	278.091
	318.231

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

10 Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Circulante</u>		
Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	300	288
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	157	142
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	9	9
Programa de Integração Social - PIS	36	66
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	165	306
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	34	34
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	7	-
Outros	15	10
	723	855

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2014		31/12/2013	
	IR diferido	CS diferida	IR diferido	CS diferida
			(reapresentado)	(reapresentado)
Receita societária (ICPC 01)	52.894	52.894	49.818	49.818
(-) RAP da concessão (projeção homologada pela ANEEL)	(38.234)	(38.234)	(38.901)	(38.901)
Base de cálculo para constituição - IR e CS diferidos	14.660	14.660	10.917	10.917
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.173	1.759	873	1.310
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IR e CS diferidos (Resultado)	293	158	218	118
Saldo anterior IR/CS diferido (passivo)		9.345		9.009
Saldo atual IR/CS diferido (passivo)		9.796		9.345

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12 Empréstimos e financiamentos

- (a) O saldo de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante					Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2014	31/12/2013	Principal	Custo a amortizar	31/12/2014	31/12/2013
Empréstimos e financiamentos:											
Banco do Brasil - FCO (I)	01/02/29	Juros 10,00 %	1.263	-	-	1.263	1.263	80.000	-	80.000	80.000
BNDES (II)	15/05/26	TJLP+3,60%	262	6.236	(51)	6.447	6.452	64.956	(526)	64.430	70.614
Total em 31/12/2014			1.525	6.236	(51)	7.710	7.715	144.956	(526)	144.430	150.614

- (I) Empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 80.000, captado em 28 de fevereiro de 2011 e com vencimento para 01 de fevereiro de 2029. Este empréstimo está sujeito a incidência de juros de 10% ao ano, com bônus de adimplência de 15%, desde que as prestações da dívida sejam pagas integralmente até a data do respectivo vencimento.
- (II) Em fevereiro de 2012 a Companhia captou junto ao BNDES o montante R\$ 87.300, liberado em 15 de maio de 2012 e com vencimento em 15 de maio de 2026. Está sujeito ao encargo da variação da TJLP, acrescido de 3,60% a.a, e tem como garantia o penhor total das ações de emissão da Companhia e o penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão nº 023/2009. Este contrato possui cláusulas restritivas relacionadas, principalmente, com índices financeiros obtidos utilizando o EBITDA, os quais a Administração da Companhia mantém o acompanhamento. Qualquer inadimplemento aos termos dos contratos de financiamentos que não seja sanado ou perdoado poderá resultar no vencimento antecipado do saldo devedor da respectiva dívida. Em 31 de dezembro de 2014 os índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

- (b) Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos, incluindo os encargos, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020	Total
Banco do Brasil - FCO	5.128	6.154	6.154	6.154	6.154	50.256	80.000
BNDES - Principal	6.236	6.236	6.236	6.236	6.236	33.776	64.956
BNDES - Custos de captação	(51)	(51)	(51)	(51)	(51)	(271)	(526)
	<u>11.313</u>	<u>12.339</u>	<u>12.339</u>	<u>12.339</u>	<u>12.339</u>	<u>83.761</u>	<u>144.430</u>

Todos os recursos obtidos com os empréstimos e financiamentos foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social:

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 97.794, composto por 97.794 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

13.2 Composição acionária:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimentos S/A	44.985	46,00	44.985	46,00
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A - Eletronorte	47.919	49,00	47.919	49,00
Mavi Engenharia e Construções Ltda.	4.890	5,00	4.890	5,00
Total das ações	<u>97.794</u>	<u>100,00</u>	<u>97.794</u>	<u>100,00</u>

13.3 Reserva legal e destinação do resultado:

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social ou 30% do capital social somado ao valor total das reservas.

Destinação do resultado	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	28.870	25.977
Constituição de reserva legal (5%)	(1.443)	(1.290)
Subtotal	27.427	24.687
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(6.223)	(6.125)
Dividendos adicionais propostos	-	(1.143)
Reserva de lucros	(21.204)	(17.419)
Saldo de lucros acumulados	-	-

14 Receita operacional líquida

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receita operacional bruta</u>		
Receita de transmissão de energia	6.835	5.967
Remuneração do ativo de concessão	45.799	43.430
Receita de infra-estrutura	260	421
Total - Receita operacional bruta	52.894	49.818
<u>Tributos sobre a receita operacional bruta</u>		
Programa de Integração Social - PIS	(230)	(210)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(1.062)	(971)
	(1.292)	(1.181)
<u>Encargos regulamentares da concessão</u>		
Quota para reserva global de reversão - RGR	(976)	(876)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(142)	(132)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(142)	(131)
Ministério de minas e energia - MME	(71)	(66)
	(1.331)	(1.205)
Receita Operacional líquida	50.271	47.432

15 Receitas e despesas financeiras

	31/12/2014	31/12/2013
<u>Receitas Financeiras</u>		
Receita de aplicações financeiras	1.379	859
Descontos obtidos	1.159	1.160
Multa contratual recebida de fornecedores	-	768
Outros	8	10
Total	2.546	2.797
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(14.005)	(14.528)
Despesas bancárias	(127)	(9)
Atualização monetária	(27)	(72)
Juros e multas	(51)	(901)
Total	(14.210)	(15.510)
Total Líquido	(11.664)	(12.713)

16 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o regime de imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda (reapresentado)	Contribuição social (reapresentado)
a) Tributos correntes:				
Receita de transmissão	40.083	40.083	37.051	37.051
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
Receita de transmissão ajustada	3.207	4.810	2.964	4.446
Receita financeira	2.546	2.546	2.797	2.797
	5.753	7.356	5.761	7.243
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota Adicional IRPJ (Exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
Total dos tributos correntes	(1.493)	(691)	(1.338)	(625)
b) Tributos diferidos:				
ICPC 01 - imposto diferido (vide nota nº 11)	(293)	(158)	(218)	(118)
c) Alíquota efetiva:				
Resultado antes dos tributos	31.505	31.505	28.276	28.276
Despesa com tributos	1.786	849	1.556	743
Alíquota efetiva	5,7%	2,7%	5,9%	2,9%

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente os efeitos da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado através da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias.

Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

17 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2014 não haviam saldos em abertos com partes relacionadas e em 31 de dezembro de 2013, os saldos eram de R\$ 3.191.

Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a remuneração da alta administração foi no total de R\$ 553 e R\$ 566, respectivamente, compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

18 Instrumentos financeiros

18.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

18.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro da concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) FCO Banco do Brasil: Como os valores a pagar são reajustados pela TJLP (taxa de juros de referência do Governo Federal), o valor justo dessa dívida é o próprio valor contábil, uma vez que estão refletidas as taxas de mercado para este instrumento financeiro;

18.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

- Nível III- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários e como Nível II o ativo financeiro.

18.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

18.4.1 Risco de crédito

a. Contas a receber de concessionárias e permissionárias

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica.

18.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

18.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

18.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento está vinculada a variação do CDI e TJLP .

18.4.5 Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão , pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, limitada a 3 revisões, as quais consistem unicamente no ajuste do custo da dívida, caso seja aplicável, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

19 Provisões para contingências

Na data base de 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui um processo trabalhista classificado como “provável” de perda, no montante de R\$ 15, onde há pleito de verbas rescisórias e indenizações.

20 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vales refeições.